



Terça-feira, 20 de abril de 2021 às 15:08, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 2994279: DECRETO Nº 865 DE 20 DE ABRIL DE 2021

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Princesa

MUNICÍPIO

Princesa



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:2994279>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**DECRETO Nº. 865, DE 20 DE ABRIL DE 2021.**

**“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do art. 69 incisos II, VI, IX, XV da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 18, de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO, a previsão do parágrafo 1º do artigo 148 do Código Tributário Municipal que não concordando com o valor estimado pelo fisco, poderá o contribuinte requerer a avaliação administrativa, instruindo o pedido com a documentação que fundamente sua discordância;

CONSIDERANDO, o requerimento formulado por contribuinte do município em razão do valor de ITBI estimado pelo fisco municipal;

CONSIDERANDO, que nos termos do artigo 69 compete ao Prefeito expedir regulamentos e decretos;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica nomeada Comissão Especial, com o objetivo de realizar uma avaliação do valor venal do seguinte imóvel: *“Parte do Lote Urbano nº 194, registrado sob matrícula nº 8.488 do ORI de São José do Cedro/SC e Parte dos Lotes Urbanos nº 194 e 196, registrado sob matrícula nº 8.489 do ORI de São José do Cedro/SC, com área total dos imóveis de 1.185,00m², com uma edificação comercial medindo 120,00m², imóvel situado na Rua Rio Grande do Sul, Centro, do Município de Princesa/SC”*, constituída pelos membros abaixo relacionados, presidida pelo primeiro.

I – Valtair José Epping;

II – João Luiz Kaiser;

III – Luciano Matiello;

§ 1. Cabe a comissão emitir laudo e respectivo valor venal do imóvel;

§ 2º. A comissão terá prazo de no máximo 10 (dez) dias para a avaliação e emissão do respectivo laudo.

§ 3º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em 20 de Abril de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei.  
*Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2985379.*  
Data da Publicação: 20 de abril de 2021

**Edineia Inês Wille**